

# Sumário

Número de notícias: 31 | Número de veículos: 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Setor público surpreende e tem superávit de R\$ 3,5 bi em fevereiro ..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Mortes em acidente de trabalho podem ser o dobro da estatística oficial ..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Sentença nega pedido do MPT contra aplicativo ..... 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

1,7 milhão de pessoas na fila do INSS ..... 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Endividamento bate recorde ..... 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SERVIDOR PÚBLICO

Pressionado por reajuste, Bolsonaro promete mais vagas na PF e na PRF ..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SERVIDOR PÚBLICO

Servidor planeja novo protesto por reajuste ..... 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo quer taxar em 60% qualquer compra no AliExpress e Shopee - MERCADO S/A ..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula testa quadros do PT para a Fazenda - ANDREA JUBÉ ..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Enfim, uma boa notícia para contribuinte e Fisco - OPINIÃO JURÍDICA ..... 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pandemia ainda não acabou, alertam especialistas ..... 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Brasil terá dificuldades em aproveitar alta no preço das commodities ..... 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Shopee poderá funcionar como instituição de pagamento ..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A verdadeira herança maldita (Editorial) ..... 24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Recuperação lenta, inflação crescente (Editorial) ..... 26

O GLOBO - RJ - CAPA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Com inflação alta, renúncia fiscal do governo passa de R\$ 40 bi.....	27
O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Risco futuro para as contas públicas .....	28
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS O problema da dívida pública (Artigo).....	29
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL Clubes de futebol esperam regras da Receita para virar empresas.....	30
ZERO HORA - RS - ZERO HORA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Fatura de R\$ 82 bi para as contas do presidente eleito.....	31
ZERO HORA - RS - OPINIÃO DA RBS REFORMA TRIBUTÁRIA A produtividade do congresso (Editorial).....	32
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA Inflação pressiona BC e juro pode subir mais.....	33
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA Dólar salta 2,63% e vai a R\$ 5,07; Ibovespa recua.....	35
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO ECONOMIA Para recuperar o PIB e o emprego (Artigo).....	36
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA ECONOMIA Raul Velloso - RAUL VELLOSO .....	37
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO ECONOMIA O voto dos jovens pela democracia (Editorial).....	39
FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO ECONOMIA Biden acena com perdão de dívidas estudantis nos EUA.....	40
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA Economia defende usar verba de privatização para bancar obra fora do teto.....	43
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA 'Prévia do PIB' registra alta de 0,34% em fevereiro.....	45
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA Mercado prevê IPCA de 7,89% em 2022. Projeção sobe há 16 semanas.....	46
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA Governos regionais dobram superávit e têm melhor resultado para fevereiro.....	47



# Setor público surpreende e tem superávit de R\$ 3,5 bi em fevereiro

O Setor público consolidado brasileiro registrou um superávit primário de R\$ 3,471 bilhões em fevereiro, informou o Banco Central nesta segunda-feira (2), no melhor resultado para o mês em dez anos, superando projeções de mercado. Em pesquisa Reuters, a expectativa era um déficit primário de R\$ 8,6 bilhões no mês.

Com o saldo positivo, o resultado em 12 meses alcançou um superávit de R\$ 123,427 bilhões, o que corresponde a 1,4% do **PIB** (Produto Interno Bruto) - melhor desde abril de 2014

O dado engloba as contas de governo central (governo federal, Banco Central e **INSS**), estados, municípios e empresas estatais e não inclui as despesas com juros.

O número de fevereiro foi impulsionado pelos saldos dos governos regionais, que vêm registrando ganhos de arrecadação com a retomada da atividade e o salto nos preços de combustíveis, além de um aumento nas transferências de recursos feitas pela União.

Os entes foram superavitários em R\$ 20,172 bilhões em fevereiro. Foi o maior saldo para o mês da série histórica iniciada em 2002, e o segundo melhor resultado para todos os meses, perdendo apenas para setembro de 2021, quando o superávit ficou em R\$ 27,3 bilhões.

Desse montante, o saldo dos estados ficou positivo em R\$ 15,571 bilhões, enquanto os municípios ficaram no azul em R\$ 4,601 bilhões.

As empresas estatais tiveram superávit de R\$ 2,480 bilhões no período.

Por outro lado, o governo central ficou no vermelho, com déficit de R\$ 19,181 bilhões. Apesar de negativo, o dado mostrou uma melhora em relação a fevereiro de 2021, quando houve um déficit de R\$ 22,508 bilhões.

De acordo com o chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha, a melhora nos resultados fiscais vem sendo construída mês a mês. Segundo ele, não houve nenhum evento extraordinário em fevereiro para impulsionar os números de maneira atípica.

"Essa trajetória tem se consolidado fundamentalmente com maiores receitas e controle das despesas", disse.

A dívida bruta do país ficou em 79,2% do **PIB** em fevereiro, ante 79,5% em janeiro. A dívida líquida foi a 57,1%, ante 56,6% no mês anterior.

Projeção da XP estima que a dívida bruta vai encerrar 2022 no mesmo patamar observado em fevereiro, de 79,2% do **PIB**.

"Apesar do melhor resultado a curto prazo, destacamos que a dívida pública deve retomar tendência de crescimento a partir do segundo semestre deste ano, com o maior impacto da elevação das taxas de juros pelo Banco Central", avalia o economista da XP Tiago Sbardelotto.

Em relação ao gasto com juros nominais, o total do mês ficou em R\$ 26,016 bilhões. No ano, o dado atingiu R\$ 422,536 bilhões, equivalente a 4,78% do **PIB**, com o déficit nominal do setor público somando 3,38% do PI B. A nota foi apresentada pela autoridade monetária com aproximadamente um mês de atraso. A divulgação de indicadores pelo BC tem sido comprometida pela mobilização de servidores que pressionam o governo por reajustes salariais. A categoria aprovou a retomada da greve a partir de terça (3).

Estimativa para **inflação** de 2022 fica perto de 8%

Reuters A expectativa de economistas para a alta dos preços ao consumidor neste ano e no próximo voltou a subir, mostrou a pesquisa semanal Focus do BC nesta segunda (2), embora o prognóstico para a atividade econômica em 2022 tenha melhorado ligeiramente.

OIPCA deve avançar 7,89% neste ano e 4,10% em 2023, segundo as novas projeções, ante taxas de 7,65% e 4,00%, respectivamente, estimadas antes. A previsão para 2022 emendou sua 16a alta seguida, enquanto a do ano que vem foi ajustada para cima pelo quarto relatório consecutivo.

Ambas as contas indicam que a **inflação** superará os centros dos objetivos oficiais -que são de 3,50% para este ano e 3,25% para o próximo, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.



Num contexto de deterioração sucessiva das expectativas de alta dos preços, o mercado manteve estimativa da semana anterior de que o Banco Central elevará a taxa Selic, atualmente em 11,75%, a 12,75% em sua reunião desta semana e a 13,25% até o final deste ano. Houve ajuste para cima na projeção para o patamar dos juros ao fim de 2023, a 9,25%, de 9,00% antes.

A pesquisa Focus voltou a ser divulgada na segunda - embora fora do horário normal, de 8h125 (de Brasília)- depois de ser retomada na terça (26) passada ao fim de um hiato de quase um mês, provocado por greve de servidores do BC.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49900>**

# Mortes em acidente de trabalho podem ser o dobro da estatística oficial

***Marsílea Gombata De São Paulo***

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187206](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187206)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187206](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187206)

# Sentença nega pedido do MPT contra aplicativo

*Adriana Aguiar De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187206](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187206)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187206](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187206)

# 1,7 milhão de pessoas na fila do INSS

**RAPHAEL PATI\***

\* Estagiários sob a supervisão de Odail Figueiredo

Um desejo para quem vai se aposentar pelo **INSS** é garantir o benefício sem nenhuma dificuldade ou demora. No entanto, a fila para obter a aposentadoria ou outros direitos, como auxílio-doença ou auxílio-acidente, está cada vez maior. De acordo com o último Boletim Estatístico da **Previdência Social**, publicado no final de fevereiro, 1.716.361 brasileiros aguardavam a concessão de benefícios.

Desse total, 1,4 milhões de pessoas ainda esperavam a primeira avaliação do **INSS**. Quase 300 mil já haviam passado pela análise do instituto, mas precisavam apresentar documentação para concluir o processo. Minas Gerais é o estado brasileiro com o maior número de requerimentos em análise (162.771).

Segundo o estudo, divulgado pela Secretaria de Políticas de **Previdência Social**, o tempo médio para o recebimento dos auxílios gira em torno de três meses.

Contudo, em alguns estados isso pode levar mais de cinco meses, como em Tocantins, onde o prazo chega a 155 dias. O Distrito Federal aparece como o melhor colocado nesse aspecto, com tempo estimado de 56 dias.

Para tentar contornar o problema, o **INSS** publicou, no final de março, uma instrução normativa, além de 10 portarias de apoio, que alteraram regras para a condução do trabalho dos servidores.

Entre as mudanças, estão o direito à prorrogação, por mais 12 meses, além dos 12 já existentes, do prazo para manutenção da qualidade de segurado para o contribuinte individual, e a necessidade de apresentar apenas um documento, em vez de dois, para declarar união estável.

Outra mudança é a revogação da necessidade de comparecer a uma agência bancária para realizar a prova de vida. Para o vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Diego Cherulli, São melhorias bem vindas.

No entanto, ele destaca a necessidade em aumentar o número de servidores e peritos no **INSS** para garantir uma boa execução dos trabalhos. "É necessário fazer mais concursos públicos, porque não adianta ter muito trabalho para fazer e não ter quem execute", disse.

# Endividamento bate recorde

**Isabel Dourado\***

Com a **inflação** em disparada, o endividamento das famílias cresceu e bateu recorde. Em abril, 77,7% das famílias tinham dívidas em aberto, segundo dados da Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). É o maior patamar desde o início da série histórica, em 2010. Além disso, a inadimplência também aumentou. De acordo com o levantamento, 31,9% das famílias de renda mais baixa estão com contas em atraso. No grupo de renda mais elevada, 13,5% estão inadimplentes.

A pesquisa mostra que o quadro se agravou nos últimos meses. Em março, o percentual de famílias endividadas era de 77,5%; em fevereiro, de 76,6%. Em relação a abril de 2021, quando a parcela de endividados estava em 67,5%, a alta no indicador foi de 10,2 pontos percentuais. "Cada vez estamos tendo um maior número de endividados", afirmou a economista Izis Ferreira, da CNC.

## Poder de compra

O cartão de crédito continua sendo o tipo de dívida mais comum entre os consumidores. Foi a única modalidade com aumento em abril, alcançando 88,8% de famílias com dívidas. Segundo a economista, a **inflação** alta e o encolhimento no poder de compra fizeram os brasileiros recorrerem ao cartão de crédito para tentar manter o nível de consumo. "A **inflação** alta leva as pessoas a usar o crédito para recomposição da renda. O endividamento no cartão de crédito vem crescendo entre os consumidores de todos os níveis de rendimento. A modalidade do crédito é a preferida dos brasileiros e nunca tinha tido uma alta tão expressiva", observou Izis Ferreira.

A segunda modalidade de crédito mais utilizada pelos brasileiros são os carnês de loja, cuja proporção, entretanto, não se compara à dos cartões de crédito. "O pessoal gasta mais no cartão de crédito porque é um dos poucos recursos disponíveis para o consumidor que já está endividado", avalia o economista-chefe da JF Trust, José Eduardo Velho. Segundo ele, com a **inflação** em dois dígitos, é difícil que os brasileiros saiam rápido da situação de endividamento e inadimplência.

## Apartamento

A analista de sistemas Daniela Borges, de 51 anos, disse que teve que refinanciar o apartamento onde mora para quitar dívidas do cartão de crédito. "Eu tive que parcelar o cartão de crédito porque o salário não dava para pagar as faturas. Peguei empréstimo no banco, mas a dívida ficou tão alta que precisei refinanciar o apartamento em que moro para pagar o cartão e o empréstimo", relatou.

A vendedora autônoma Suzana Francisca, de 56 anos, também está endividada com o cartão de crédito. "Eu contava com o pagamento do **INSS**, mas tive um problema para receber o benefício e precisei negociar todos os cartões de crédito aos quais estou devendo. Eu mexo com vendas, então, compro as mercadorias sempre no crédito para revender", afirmou.

# Pressionado por reajuste, Bolsonaro promete mais vagas na PF e na PRF



O presidente Jair Bolsonaro, cujas promessas não cumpridas têm desagradado às entidades que representam os agentes da PF. GABRIEL BILU - 20.04.22/76749198

**Mateus Vargas** *brasília*

Pressionado por diversas categorias do serviço público que cobram reajustes de salário, o presidente Jair Bolsonaro (PL) voltou a prometer nesta segunda-feira (2) aumentar o número de convocados em concursos da PF (Polícia Federal) e da PRF (Polícia Rodoviária Federal).

Em conversa com apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada, Bolsonaro telefonou ao ministro da Justiça, Anderson Torres, e pediu um "aditivo" para ampliar as vagas.

O governo realizou concursos com 1.500 vagas para cada carreira. Bolsonaro prometeu, em mais de uma ocasião, chamar outros 500 candidatos da PF e o mesmo número para a PRF.

Na conversa com Torres, ele sugere que deseja dobrar o número de convocados, para além do edital. Questionada, a assessoria do Ministério da Justiça ainda não confirmou o pedido.

"Você tem capacidade [de] passar para mil cada um? Acha que dá para resolver?"

Então faz um aditivo, pede mil vagas, já que você está no limite teu, para mil vagas para cada lado. Pode ser?", disse Bolsonaro ao ministro da Justiça por telefone.

A fala de Bolsonaro foi divulgada por páginas de apoiadores no YouTube.

Na chamada, o presidente também pediu para Torres

conversar com a Economia sobre o aumento das vagas às polícias.

Bolsonaro disse aos apoiadores que as novas vagas foram destravadas com a aprovação de projeto no Congresso que abre crédito para gastos com pessoal. Ele afirmou que poderia publicar ainda nesta segunda-feira a convocação dos agentes.

Os agentes convocados ainda devem passar pelo curso de formação policial

As reiteradas promessas não cumpridas de Bolsonaro têm desagradado às entidades que representam os agentes da PF.

O presidente chegou a planejar conceder reajustes apenas para agentes da PF, PRF e Depen (Departamento Penitenciário Nacional) neste ano, mas recuou e estuda um aumento linear de 5% a servidores.

O percentual "desagrada a todo o mundo", mas que é o possível, disse Bolsonaro na sexta (29), pedindo compreensão e sugestões da população.

"Coloquei na mesa o problema. Vamos lá, estou agora aguardando sugestões de vocês", afirmou o presidente em entrevista à rádio Metrôpole FM, de Cuiabá (MT).

Na ocasião, Bolsonaro disse que estuda igualar o teto das carreiras de policiais rodoviários federais e de agentes da polícia federal.

"Como vai se comportar a Polícia Federal? Vai dizer que é contra? Entrar em greve? Peço a todos que estão me ouvindo: se coloquem no meu lugar, apresentem alternativas", afirmou o presidente à rádio.

"Quero ajudar a todos os servidores no Brasil, sempre defendi o reajuste. Mas não tem como dar mais do que temos nesse momento [5%], custa R\$7 bilhões", declarou ainda, na semana passada.

Como antecipou a Folha, Bolsonaro decidiu, em reunião no dia 13 de abril, conceder um reajuste de 5% para todos os **servidores públicos** federais a partir de 1º de julho, mesmo sem espaço suficiente no Orçamento.

O Orçamento de 2022 só tem reservado o valor de R\$ 1,7 bilhão para reajustes ou reestruturações de carreiras de servidores neste ano. A ideia de Bolsonaro era só privilegiar agentes da polícia.

"O estudo vazou rapidamente e outras categorias, que são importantes, começaram a ameaçar o governo, "vamos parar o Brasil", disse Bolsonaro na sexta-feira.

O custo total do reajuste linear de 5% é estimado em R\$ 7,9 bilhões em 2022, o que irá forçar cortes de verbas em outras áreas.

"Não sou o dono da caneta Bic para solucionar esse problema", disse Bolsonaro em outro trecho da entrevista.

O presidente reconheceu, na mesma entrevista, que o aumento direcionado aos policiais poderia ser questionado e derrubado na Justiça, "tendo em vista eu estar privilegiando categorias que são simpáticas a minha pessoa".

Servidores preparam manifestação em frente ao BC no Copom

Nathalia Garcia

Os servidores do Banco Central programaram uma manifestação em frente à sede da autarquia, em Brasília, nesta quarta-feira (4), das 17h às 19h, durante a reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) destinada à decisão de reajuste da taxa básica de juros (Selic).

O ato presencial faz parte do recrudescimento da mobilização da categoria, que volta a cruzar os braços por tempo indeterminado a partir desta terça (3), em reivindicação por reajuste salarial e reestruturação de carreira.

A retomada da greve, que ficou suspensa entre 20 de abril e 2 de maio, foi decidida em assembleia na sexta (29). Nas duas últimas semanas, os funcionários da autoridade monetária vinham atuando em operação-padrão e fazendo paralisações diárias, das 14h às 18h.

A escolha pelo recrudescimento da luta se deu em virtude do prazo para um encaminhamento à pauta reivindicatória do corpo funcional do BC, principalmente em relação ao aspecto salarial, e à intransigência e falta de avanços significativos no âmbito do Poder Executivo durante o período em que a greve esteve suspensa", afirmou o Sinal (Sindicato Nacional dos Servidores do Banco Central) em nota.

Os servidores mostraram insatisfação com a proposta do governo de reajuste linear de 5% para todo o funcionalismo público e apresentaram uma contraproposta com pedido de recomposição salarial de 27% a partir de 1º de julho, não mais do primeiro semestre, além de demandas de reestruturação de carreira.

A greve fez o órgão adiar o início das consultas ao novo lote de dinheiro esquecido em bancos e outras instituições financeiras, que começaria nesta segunda (2). A previsão é liberar mais R\$ 4 bilhões aos brasileiros nessa segunda etapa do SVR (Sistema de Valores a Receber).

Mesmo quem não tinha dinheiro esquecido na primeira etapa do SVR ou encontrou apenas centavos poderá ter valores a receber neste novo lote. Haverá devolução de tarifas e parcelas de crédito cobradas indevidamente, não previstas em Termos de Compromisso assinados pelo banco com o BC, contas de pagamento pré-paga e pós-paga encerradas com saldo disponível, dentre outras situações.

Segundo o BC, a mobilização prejudicou o cronograma de desenvolvimento das melhorias da ferramenta. "A nova data será comunicada com a devida antecedência."

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49900>

# Servidor planeja novo protesto por reajuste

*Estevão Tair De Brasília*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187206](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187206)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187206](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187206)



# Governo quer taxar em 60% qualquer compra no AliExpress e Shopee - MERCADO S/A

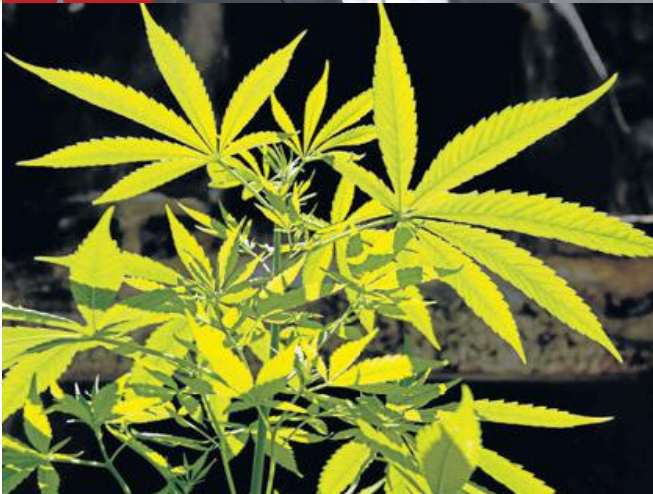


Vai acabar a festa do AliExpress, Shopee e outros aplicativos estrangeiros? Talvez sim. O governo federal prepara uma medida provisória que taxará produtos de baixo valor que são vendidos em apps de compra internacional. O projeto é uma reivindicação de empresários brasileiros que se sentem prejudicados pela concorrência do exterior. Entre eles, Luciano Hang, dono da rede Havan, que é interlocutor frequente do presidente Jair Bolsonaro. A ideia é de que toda mercadoria comprada nestas plataformas pague 60% de **impostos**. Pela atual legislação, apenas os produtos que custam mais de US\$ 50 (algo como US\$ 250) estão inclusos na alíquota única. Ou seja, as novas regras beneficiariam diretamente a Havan, que vende itens a preços populares e é rival dos aplicativos asiáticos. De fato, algo precisa ser feito para dar alguma equidade nesse tipo de comércio, mas muitos especialistas consideram a alíquota de 60% um exagero.



Mercado de cannabis pode gerar 300 mil empregos no Brasil

Poucos mercados são tão promissores quanto o de cannabis. Com a ampliação do uso medicinal e os debates em torno da legalização, as empresas do ramo esperam uma avalanche de investimentos para os próximos anos. Com dados do Euromonitor, a Associação Brasileira das Indústrias de Cannabis (Abicann) estima que a indústria pode atrair até US\$ 30 bilhões e gerar 300 mil empregos em um período de 10 anos. Segundo a Abicann, desse montante, US\$ 15 bilhões serão movimentados pela área medicinal.



O que há de errado com a Amazon?

Até pouco tempo atrás, as big techs pareciam invencíveis, mas a realidade começa a trazer novos desafios. Desde o início do ano, as ações da Amazon caíram em torno de 25%, queda raríssima na trajetória ascendente da gigante de tecnologia. Analistas dizem que resultados fracos do varejo on-line explicam o movimento, e que a conjuntura econômica em nada ajuda. O curioso é que elas sempre passaram imunes pelas tempestades do mercado. Há quem diga, porém, que as dificuldades são apenas momentâneas.

AMAURI SEGALLA

## Locadoras de carros seguem quebrando recordes

Enquanto a indústria automotiva pisa no freio, o setor de locação de carros acelera sem parar. As empresas do ramo emplacaram 78,5 mil automóveis no primeiro trimestre de 2022, de acordo com dados da Abla, a associação que representa as companhias. Com isso, a frota total de automóveis e comerciais leves nas mãos das locadoras chegou a 1,17 milhão de unidades, um avanço de 3,2% desde o início do ano. Em 2021, a atividade faturou R\$ 23,5 bilhões, 33,5% a mais do que em 2020.

Precisamos acelerar a **reforma tributária**. O Brasil conseguiu fazer reformas interessantes nos últimos anos e precisamos do primeiro passo da **reforma tributária** para que o país possa ser competitivo" Márcio de Lima Leite, novo presidente da Anfavea, a associação que representa as montadoras

76%

dos brasileiros querem cartórios digitais, conforme pesquisa realizada pelo Ipec (antigo Ibope) e encomendada pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC). O levantamento também revelou que, nos últimos cinco anos, 65% dos brasileiros que utilizaram os serviços de cartórios no país se depararam com alguma situação que poderia ser melhorada.

## Rapidinhas

» Os programas de capacitação do Itaú Unibanco formaram, em 2021, 500 profissionais com deficiência. Entre os temas abordados estão bancos de dados e linguagens como HTML e Javascript. Daquele total, 100 foram contratados pelo próprio banco. O objetivo é aumentar as oportunidades de trabalho para pessoas com deficiência.

» A partir de iniciativas como essa, o Itaú dobrou a representatividade de pessoas com deficiência em sua área de Tecnologia, saltando de 280, no fim de 2020, para 560, em dezembro de 2021. Além disso, do ano passado para cá, cerca de 2,5 mil colaboradores passaram por treinamentos para tornar o ambiente do banco mais inclusivo.

» A Ticket Log, marca da Edenred Brasil e líder no setor de gestão de frotas, assinou parceria com a Uber que prevê a integração dos aplicativos das duas empresas. Com isso, os usuários do Ticket Car poderão comprar créditos para a utilização em viagens de carros da Uber. A facilidade se soma a outros serviços de mobilidade presentes no app.

» As moedas digitais avançam no mercado brasileiro. De acordo com estudo realizado pelo site CoinMap,

900 estabelecimentos comerciais aceitam Bitcoin e afins como forma de pagamentos. Outra pesquisa, desta vez da Crypto Literacy, mostrou que um quarto dos brasileiros está disposto a comprar com criptomoedas.

# Lula testa quadros do PT para a Fazenda - ANDREA JUBÉ

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187206](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187206)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187206](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187206)

# Enfim, uma boa notícia para contribuinte e Fisco - OPINIÃO JURÍDICA

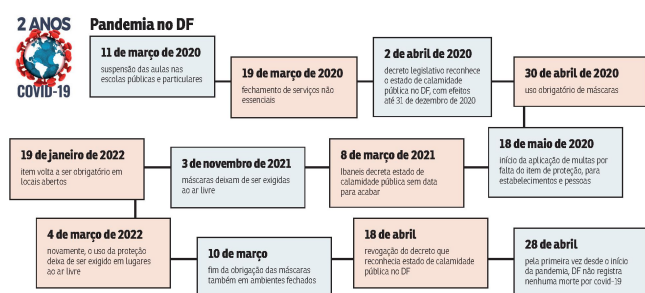
Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187206](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187206)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187206](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187206)

# Pandemia ainda não acabou, alertam especialistas



Ana Isabel Mansur

Com o olhar mais desatento ao dia a dia das ruas do Distrito Federal pode se levar à ideia errônea de que a pandemia da covid-19 não é mais uma realidade na capital do país.

Os brasilienses parecem estar vivendo dias de total tranquilidade, com a liberação do uso de máscaras em ambientes abertos e fechados, o fim do estado de calamidade pública e o primeiro dia sem registro de mortes pela doença desde o começo da emergência sanitária (veja Linha do Tempo).

A taxa de transmissão da covid-19 no DF atingiu, ontem, 0,92, e, apesar de estar dentro do limite considerado seguro - abaixo de 1 -, o resultado é o maior desde 18 de fevereiro. O número aponta que 100 pacientes com a doença podem transmiti-la, em média, para 92 pessoas.

Mesmo assim, o Governo do Distrito Federal considera que a situação não é tão grave. Subsecretário de Vigilância em Saúde do DF, Divino Valero diz que não há mais pandemia na capital do país. Para ele, o cenário não caracteriza nem mesmo uma epidemia. "Não é nem uma epidemia (no DF), porque não há

explosão de casos e os números estão em redução. Estamos em um bom estado no combate à doença, e o status é de controle. Eu classifico a situação do DF como um estado de alerta", observa.

Em 13 de abril, a Organização Mundial de Saúde (OMS) manteve o estado de pandemia para a covid-19. Poucos dias depois, na direção contrária, o GDF revogou o decreto de situação de calamidade pública no DF. "Pandemia é quando uma doença está presente em vários continentes do mundo, então o papel da OMS, que responde pelo mundo, é admitir o que é lógico, que a doença está presente em nível global", justifica Divino Valero.

O vírus ainda circula. No entanto, especialistas consultados pelo Correio ressaltam que não é o momento de abaixar a guarda. Integrante de um grupo de pesquisadores que acompanha a evolução da pandemia no país e no DF desde o início da crise, o professor Tarcísio Marciano, da Universidade de Brasília (UnB), discorda do subsecretário Divino Valero. Para ele, retirar a obrigatoriedade das máscaras em locais fechados foi precipitado. Somado à suspensão do item, o fim da calamidade pública implica percepção das pessoas quanto à crise. "Se passa uma mensagem para a população de que acabou a pandemia e que não há mais perigo, então podemos voltar ao normal. Mas não é bem assim.

Infelizmente, o vírus ainda circula de forma significativa - claro que não tanto como foi no começo do ano", destaca o pesquisador dos Instituto de Física.

Ele alerta para o surgimento de novas cepas do vírus. "Há sempre o perigo de uma variante surgir, inclusive que pode ser mais contagiosa e contra a qual as vacinas podem ser menos eficazes. (A pandemia) é um problema que ainda vai perdurar por um tempo, apesar da situação atual ser de relativo conforto", completa Tarcísio, que é complementado pelo infectologista Julival Ribeiro. "A ômicron está em circulação e é uma variante altamente transmissível, inclusive com subvariantes.

A doença está diminuindo, entretanto, novas ondas ainda podem acontecer", alerta o médico.

"Apesar do momento favorável, sugiro que as autoridades sanitárias voltem a fazer campanhas



esclarecendo às pessoas a necessidade e a importância de tomar a 3ª e a 4ª doses.

Só assim manteremos a pandemia em nível desejado", aconselha o infectologista.

Cuidados A também infectologista Ana Helena Germoglio destaca, com ressalvas, que o não registro de mortes em 24 horas é um excelente sinal. "Significa que a imunização realmente cumpriu o que prometeu: a diminuição do risco de casos graves e óbitos. Essas quedas mostram que podemos tentar voltar a uma vida minimamente segura. Cada um deve fazer a sua gestão individual de risco", ressalta a médica, que sugere a manutenção das medidas de segurança por pessoas dos grupos de risco. Ela confirma a opinião dos colegas. "A gente precisa pensar (a pandemia) de forma global. Com a dinâmica de circulação de pessoas, não podemos pensar que os casos se restringem somente ao Brasil ou ao DF, justamente agora, que tem havido aumento de casos em alguns estados, principalmente casos graves em pessoas sem o esquema vacinal completo", aponta.

A especialista destaca a importância da vacinação. "A imunização não pode ser pensada individualmente.

Não adianta, por exemplo, o Brasil ter boa parte da população imunizada e alguns países não. Isso faz com que a circulação viral seja alta nesses locais, com grande propensão de surgimento de novas variantes. A imunização nada mais é do que uma forma de empatia, porque reduz a chance de transmitir a doença para outras pessoas", continua.

Ela também chama a atenção para o surgimento de novas cepas.

"Na África, há a identificação de novas variantes, que não sabemos ainda se serão de interesse ou de preocupação. Claro que estamos mais perto do que longe (do fim da pandemia), mas ainda há um longo caminho a percorrer", completa Ana Helena Germoglio.

» Boletim

A Secretaria de Saúde do DF registrou apenas uma morte em decorrência da covid-19 ontem, ocorrida em setembro de 2021. A vítima, uma mulher entre 70 e 79 anos, era obesa e sofria de distúrbios metabólicos e problemas cardíacos. Desde o início da pandemia, o DF perdeu 11.652 vidas para a covid-19. Com mais 360 casos da doença registrados ontem, a capital do país soma 696.847 infecções. A média semanal de mortes chegou a 1,6 - o segundo menor índice do ano. O cálculo móvel para os casos alcançou 179,4. Os dois indicadores estão em queda, na comparação com

os resultados de 14 dias atrás.

Novas variantes

Não tem como uma pandemia chegar ao fim em um país só. Se o mundo inteiro ainda está em alerta, o Brasil não pode relaxar.

Os indicadores são favoráveis, sim, mas precisamos ter cautela ainda. Não é adequado, do ponto de vista científico, decretar que a pandemia acabou. A China, por exemplo, está em um momento complicado ainda.

Com a globalização e a rapidez na movimentação de pessoas, não se pode baixar a guarda.

Hoje, principalmente, deve-se olhar as hospitalizações por covid-19 e, como consequência, a capacidade hospitalar de absorver esses potenciais casos, além de, obviamente, acompanhar o número de casos novos. Esses indicadores estão em níveis confortáveis, mas devem ser monitorados, para evitar uma nova sobrecarga no sistema de saúde, caso surja uma nova variante. Há consenso no mundo científico de que outras cepas vão aparecer. É uma questão de tempo.

Quando acontecer, se tivermos (no DF) baixa cobertura das vacinas de reforço, como temos hoje, pode haver a superlotação das unidades de saúde, mesmo que não cause casos graves, se a eventual variante for altamente transmissível.

A flexibilização das medidas de segurança é compreensível e aceitável até certo ponto. Acredito que o uso de máscaras deveria continuar obrigatório em locais fechados. A vida normal não vai ser como era em 2019, será uma nova realidade, onde vamos ter de aprender a conviver com o coronavírus. Algumas medidas, eventualmente, terão de ser reforçadas e, em outras épocas, poderão ser afrouxadas, mas o monitoramento desse tipo de situação será constante.

Neste momento, em que a pandemia não acabou mas temos de ficar atentos, pelo menos o comprovante de vacinação e o distanciamento social deveriam ser mantidos mesmo em locais abertos.

Mauro Sanchez, epidemiologista e vice-coordenador da Sala de Situação da Universidade de Brasília (SDS/FS)

Calamidade

O Decreto nº 41.882, de 8 de março de 2021, foi revogado pelo governador Ibaneis Rocha, em 18 de abril de 2022, um dia após o fim da Emergência de

Saúde Pública de Importância Nacional, determinada pelo Ministério da Saúde. O texto mantinha o DF sob estado de calamidade pública por conta da pandemia da covid-19.

Na prática, a derrubada da norma mudou regras para obtenção de recursos públicos para políticas de assistência social, ações urgentes na área da saúde e para o setor produtivo. A regra desobrigava o GDF a seguir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); permitia o acesso a recursos da União e a benefícios sociais de maneira antecipada; e liberava o adiamento do pagamento de empréstimos federais obtidos pelo DF. Com a revogação, as necessidades de cumprimento da legislação e de cobrança de **tributos** previstos constitucionalmente foram retomadas.

# Brasil terá dificuldades em aproveitar alta no preço das commodities



**Rafael Balago** Washington

O Brasil e a América Latina deverão ter dificuldades em tirar vantagens da alta do preço das commodities, como comida e combustíveis, gerada pela Guerra da Ucrânia, avalia Carlos Felipe Jaramillo, vice-presidente do Banco Mundial para América Latina e Caribe.

"Em tempos normais, isso poderia ser uma coisa positiva, especialmente para grandes produtores de comida e petróleo. Mas a maioria das colheitas já foi feita ou já está pré-vendida. A maioria dos agricultores fecha as vendas com meses de antecedência. Então, a alta de preços gerada pela guerra no último mês não será aproveitada por eles."

Outro problema apontado por Jaramillo é a estiagem no Cone Sul, que poderá ser a mais forte em 90 anos. "Com isso, a capacidade de produzir mais grãos e aproveitar a alta de preços também fica em risco", alerta.

Para ele, outra questão é que a alta de preços complica a retomada da economia pós-pandemia.

"As famílias, que mal estavam se recuperando da forte crise dos últimos dois anos, inesperadamente precisam lidar com altas de preços de comida e energia."

Em conversa com a Folha, Jaramillo também comentou que a incerteza eleitoral prejudica as perspectivas do Brasil em 2022. Para este ano, o Banco Mundial prevê que o país cresça 0,7%, enquanto a América Latina e Caribe devem avançar 2,3%.

\*

Quais as perspectivas para o Brasil e para a América Latina? A incerteza sobre as eleições e a piora no ambiente externo são os dois grandes fatores que trazem impactos em nossas perspectivas para o Brasil e para a região em 2022.

Tivemos de baixar nossa previsão de crescimento da América Latina em 2022, de 2,7% para 2,3%, como resultado das consequências da Guerra da Ucrânia, que afeta a região por diferentes meios.

O Brasil teve um crescimento muito bom em 2021, de 4,6%. Mas, para este ano, estimamos um crescimento de 0,7%. E isso é em grande parte porque o ambiente externo se tomou mais negativo do que prevíamos, especialmente com as mudanças nos preços das commodities e com a expectativa de alta contínua nas taxas de juros pelo mundo. E também pela eleição no Brasil, que introduz muita incerteza entre os investidores.

Os candidatos do Brasil poderiam fazer algo para acalmar as incertezas do mercado? Em alguma medida, ajuda se os candidatos divulgarem seus programas de forma antecipada, como mostrarem como vão gerenciar a economia. Não estou tão otimista com as eleições presidenciais. Ninguém pode eliminar as incertezas, especialmente na época atual. Nos últimos anos, muitas eleições se tornaram mais disputadas e há mais polarização na América Latina. Teremos de viver com altos níveis de incerteza até o dia das eleições.

O Brasil e os países da região podem tirar vantagens da alta do preço das commodities? Estou menos otimista sobre isso. Em tempos normais, isso poderia ser uma coisa majoritariamente positiva, especialmente para grandes produtores de comida e petróleo. Mas estou preocupado porque estive em conversas com os ministros de países como Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, e a maioria das colheitas já foi feita ou já está pré-vendida. A maioria dos agricultores fecha as vendas com meses de antecedência. Então, a alta de preços gerada pela guerra no último mês não será aproveitada por eles e acabará sendo capturada muito mais à frente nas cadeias de produção.



Outra coisa importante é que temos uma grande seca no Cone Sul, que poderá ser a pior em 90 anos. Com isso, a capacidade de produzir mais grãos e aproveitar a alta de preços também fica em risco. Isso tem uma grande ligação com as mudanças climáticas, que começam a impactar muito a agricultura da região.

A mesma coisa vale para o petróleo: não temos muitos grandes produtores na região, especialmente porque a produção da Venezuela caiu muito nos últimos anos. Talvez o Equador tenha algum benefício, mas eles também vendem petróleo com meses de adiantamento e a preços travados. Colômbia e México também exportam algum petróleo e podem lucrar se os preços continuarem altos durante o ano.

Apesar das vantagens a alguns poucos países, o impacto geral da alta do petróleo é muito negativo para a região. Primeiro porque a maioria dos países da América Latina e Caribe é importadora de petróleo, que é usado para muitas coisas diferentes. E a alta dos preços afeta as famílias. Há um impacto muito negativo para as economias nacionais e para as residências, que mal estavam se recuperando da forte crise dos últimos dois anos e inesperadamente precisam lidar com altas de preços de comida e energia. Então, acho que o resultado será muito negativo para a maior parte da América Latina.

Nas reuniões do FMI e do Banco Mundial, houve muitos comentários sobre uma fragmentação da economia global em blocos e o esforço de países ricos de buscar fornecedores mais próximos ("near-shoring"). Esse movimento pode beneficiar a América Latina? É muito difícil ainda dizer como o futuro evoluirá. De um lado, há o movimento de mais "near-shoring", que pode ser potencialmente positivo para vários países, porque nossa região é próxima de grandes mercados como Estados Unidos e Canadá.

Vimos alguns investidores privados fazer alguns movimentos em direção ao México, e eles estão considerando outros países. Quanto mais perto dos Estados Unidos, melhor, o que traz oportunidades para países da América Central, Colômbia e República Dominicana.

No entanto, é difícil prever neste momento se isso será uma coisa grande. E estou preocupado sobre o impacto negativo que isso implica para o comércio global. A globalização e a alta massiva no comércio nos últimos 20 ou 30 anos têm sido extremamente boas para o desenvolvimento e a redução da pobreza em muitos países da América Latina. Então, me preocupa que isso possa levar a muitas restrições de comércio, que podem impactar o crescimento. Espero que possamos manter o comércio fluindo, de modo

que a América Latina siga se beneficiando.

O que os governos podem fazer para amenizar os problemas de **inflação** e desemprego elevados? Este ano de 2022 tem se provado um ano difícil nesses fronts para todos os governos que tenho conversado. Muitos deles estão tentando gerenciar as altas de preços com reduções de alguns **impostos** sobre comida e combustíveis, dando subsídios e dando apoio a famílias pobres, o que considero positivo. O Brasil foi um desses países que tiveram uma resposta forte e muito boa para evitar muito sofrimento humano que teria ocorrido se os governos não estivessem ali, particularmente com programas de transferência como o Bolsa Família, que o Banco Mundial sempre apoiou. Por outro lado, muitos países gastaram muito dinheiro, e isso levou a uma alta na demanda até o ponto de elevar alguns preços.

Sobre desemprego, me preocupa que os maiores perdedores ainda são os mais vulneráveis. Em particular, as mulheres que tiveram de ir para casa para cuidar das crianças, e pessoas pobres que pertencem a grupos tradicionalmente discriminados, como afrodescendentes e indígenas. As taxas de desemprego deles estão muito mais altas e não estão recuando. Os governos ainda precisam ter programas específicos para ajudar esses grupos.

Quais são as projeções a para Argentina e Venezuela neste ano? Não sabemos realmente o que acontece na Venezuela. Fechamos nosso escritório lá há dez anos. Vemos de longe, com grande preocupação, que a economia tem afundado de modo dramático e os níveis de pobreza pioraram.

Sobre a Argentina, vejo como boa notícia que o país chegou a um acordo com o FMI, porque isso tem sido a fonte número 1 de incerteza para a economia, na visão dos investidores. Isso remove a incerteza por um tempo e vamos ver mais investimentos e um bom crescimento por algum tempo. Mas nem tudo está resolvido na Argentina. Eles ainda têm uma grande dívida e **inflação** muito alta, em torno de 50% [ao ano].

Carlos Felipe Jaramillo, 59

Vice-presidente do Banco Mundial para a região da América Latina e Caribe, responsável pela atuação do banco em 31 países. Já foi diretor da instituição pela região africana e servidor público da Colômbia (com cargos no Ministério da Fazenda, Banco Central e Ministério do Comércio). Nascido na Colômbia, tem mestrado e doutorado em economia do desenvolvimento pela Universidade de Stanford (EUA).

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>**

**00**

# Shopee poderá funcionar como instituição de pagamento

A SHPP Brasil, do gigante asiático do varejo online Shopee, recebeu aval do Banco Central para funcionar como instituição de pagamento, na modalidade de emissor de moeda eletrônica. A autorização foi publicada no Diário Oficial da União nesta segunda-feira (2).

A Shopee se tornou o aplicativo de compras mais baixado do país no ano passado, com mais de 100 milhões de downloads, segundo dados da empresa de desenvolvimento de software e análise de mercado EmizenTech.

Ao lado de outros sites de origem asiática, como Shein e Aliexpress, a companhia entrou no escrutínio da Receita, que estuda uma medida pro -visória para impedir que empresas de comércio eletrônico estrangeiras vendam mercadorias para brasileiros sem pagar os devidos impostos.

A Shopee diz não ser mais um site estrangeiro, pois tem a proposta de construir um "ecossistema local", ligando empreendedores brasileiros a consumidores brasileiros.

Em conversa com a Folha no mês passado, o diretor de marketing e estratégia da empresa, Felipe Piringer, disse que a Shopee é apenas um marketplace, ou seja, uma plataforma digital que vende produtos de terceiros, sem importar nada diretamente.

A Shopee foi lançada em 2015, em sete países do Sudeste Asiático ao mesmo tempo. Com sede em Singapura, sua expansão internacional começou pelo Brasil, em 2019. Hoje também está na Europa e em outros países da América Latina. Nathalia Garcia

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49900>**

# A verdadeira herança maldita (Editorial)



Uma conta de pelo menos R\$ 82,3 bilhões será passada a quem assumir a Presidência da República em 1.º de janeiro. Esse é o custo, por enquanto, das bondades eleitorais do presidente Jair Bolsonaro. Sua campanha de reeleição, extremamente cara, tem sido e continuará, nos próximos anos, sendo financiada com recursos públicos. A soma inclui R\$ 41 bilhões da parcela complementar do Auxílio Brasil, R\$ 12 bilhões do reajuste dos servidores, R\$ 1,9 bilhão do auxílio-gás e R\$ 27,4 bilhões de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Se a apuração confirmar as atuais pesquisas de intenção de voto, o sucessor de Bolsonaro terá vários motivos para falar de uma herança maldita.

Essa herança resultará, em grande parte, de medidas improvisadas, como têm sido, com frequência, as iniciativas presidenciais no atual mandato, iniciado em 2019. Nunca houve, nesse período, um plano de governo, com metas, programas e projetos articulados.

Nem a saúde fiscal, uma bandeira sustentada com razoável constância pela equipe econômica, tem sido levada em conta, normalmente, nas decisões do presidente. Mesmo com alguma resistência, o ministro da Economia, Paulo Guedes, acabou geralmente acatando as pretensões de seu chefe.

Algumas decisões, como o pagamento do auxílio-gás às famílias pobres, são defensáveis, mas nunca foram integradas em programas de desenvolvimento econômico e de inclusão social. Nem poderiam ter sido, porque programas desse tipo nunca foram

formulados. **Tributos** foram cortados, ocasionalmente, para conter aumentos de preços ou para beneficiar o sistema produtivo. Mas foram sempre soluções tiradas de algum bolso de colete. Até hoje, nada permite, por exemplo, vincular a redução do IPI a uma política de recuperação e de modernização do enfraquecido setor industrial.

Nem se poderia falar de uma política desse tipo. A palavra política raramente foi usada, nos últimos três anos e quatro meses, para denotar um conjunto de ações administrativas com objetivo bem definido e relevante. A constância política tem sido observada, muito mais frequentemente, em outro cenário, o das ações do presidente voltadas para ambições eleitorais e para a preservação de interesses familiares.

Quando se trata desses assuntos, o presidente mostra dedicação permanente ao cálculo, às manobras, à mobilização de seguidores e às tentativas de envolver os militares em questões normalmente reservadas, nos países democráticos, à autoridade civil.

Sem planejamento, o presidente deixará como legado os custos de ações improvisadas e de erros acumulados em quatro anos. Para começar, o poder federal terá problemas, em 2023, em relação ao teto de gastos. Será difícil acomodar no limite constitucional as bondades deixadas pelo atual presidente. Já se fala em mudar a regra do teto, mas isso apenas disfarçará o problema fiscal. O Tesouro continuará afetado pelo aumento de gastos e pela redução do IPI.

Confrontado com o desarranjo fiscal, o sucessor de Bolsonaro terá dificuldade para implantar um plano de governo. Pelas projeções do mercado, a economia crescerá só 1% em 2023 e modestos 2% em 2024. Serão taxas insuficientes para um grande ganho real de arrecadação. Além disso, a **inflação**, segundo as estimativas, baterá em 4,10% no próximo ano e ainda ficará em 3,20% no seguinte, superando a meta oficial (3%) nos dois períodos.

Os juros básicos, elevados para conter os preços, estarão em 9,25% no fim de 2023 e em 7,50% no encerramento de 2024. Isso encarecerá o crédito, trará o crescimento econômico e manterá muito caro o financiamento do Tesouro.

Metade do novo mandato estará prejudicada, portanto, pela herança da atual administração. O quadro poderá ser menos tenebroso, em 2024, se o presidente eleito

tiver um plano crível de correção fiscal e de desenvolvimento.

Populismo poderá atrair votos, mas quem movimenta o dinheiro e financia o Tesouro exigirá mais que isso.

Qualquer candidato terá de levar em conta essa diferença, se quiser iniciar o mandato com vento a favor.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Recuperação lenta, inflação crescente (Editorial)

A lenta recuperação da atividade econômica, após o impacto da variante Ômicron da covid-19 e com estímulos fiscais proporcionados pelo governo ávido por sinais que o ajudem neste ano eleitoral, pode estar se estendendo para todos os setores ao longo do segundo trimestre. Mas a retomada é discreta e revisões nas projeções para o Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2022 são modestas (a mais recente é de crescimento de 0,70%; a anterior era de 0,65%). E isso ocorre num ambiente em que as previsões para a **inflação** no ano continuam crescentes (a mais recente é de 7,89%) e dados sobre melhora da situação fiscal devem ser examinados com cautela. O resultado positivo das finanças públicas decorre, sobretudo, do desempenho de Estados e municípios, pois as contas da União continuam no vermelho. Em ano eleitoral, porém, governadores e prefeitos podem aumentar gastos até agora contidos.

É nesse cenário ainda incerto, pois à evolução positiva de alguns indicadores se juntam sinais de deterioração de outros, que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central precisa decidir o novo juro básico, que foi fixado em 11,75% na última reunião (9 pontos percentuais maior do que o fixado em maio do ano passado).

Junto com seu relatório semanal Focus, que avalia as expectativas das instituições financeiras, o Banco Central divulgou dados sobre o desempenho da economia sintetizados no seu Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) e as contas consolidadas do setor público.

Os dois últimos indicadores, referentes a fevereiro, deveriam ter sido anunciados em abril, mas a greve dos funcionários retardou sua divulgação. Outras pesquisas igualmente tiveram atraso.

A piora das projeções para a **inflação** é persistente e duradoura. A mediana para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) está subindo há 16 semanas consecutivas nas projeções de economistas das instituições financeiras consultadas pelo Focus. A mais recente é de 7,89%, bem acima da meta de 3,5% e do limite de tolerância, de 5%. A anterior era de 7,65%.

Quanto à atividade econômica, o IBC-Br mostrou que, em fevereiro, a economia voltou ao campo positivo,

com expansão de 0,34%; em janeiro, o indicador mostrou queda de 0,73%. Entre fevereiro de 2021 e de 2022, o índice subiu 0,66%. O IBC-Br é considerado uma antecipação confiável do resultado do **PIB** divulgado trimestralmente pelo IBGE. Estímulos fiscais do governo, com aumento da transferência de rendas para a camada mais pobre, redução de **tributos** e ampliação da oferta de crédito, podem continuar a sustentar a atividade econômica até o fim do primeiro semestre. Mas a alta deve continuar sendo bastante moderada.

No plano fiscal, o superávit primário do setor público consolidado (governo central, Estados, municípios e estaduais, excluídas Petrobras e Eletrobras) de fevereiro alcançou R\$ 3,471 bilhões, o melhor resultado para o mês desde 2012. O saldo positivo se deveu aos resultados de Estados e municípios, pois o governo central teve déficit de R\$ 19,181 bilhões.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Com inflação alta, renúncia fiscal do governo passa de R\$ 40 bi

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Risco futuro para as contas públicas

**ELIANE OLIVEIRA E FERNANDA TRISOTTO**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**



# O problema da dívida pública (Artigo)

*Carlos Luque é professor da FEA- USP e presidente da Fipe. Simão Silber é professor da FEA-USP Francisco Vidal Luna é professor da FEA aposentado Roberto Zagha foi professor Assistente na FEA-USP nos anos 1970 e no Banco Mundial a partir de 1980, onde encerrou a carreira em 2012 como Secretário da Comissão sobre o Crescimento e o Desenvolvimento, e diretor para a Índia.*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187206](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187206)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187206](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187206)

# Clubes de futebol esperam regras da Receita para virar empresas

***Bárbara Pombo De São Paulo***

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187206](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187206)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187206](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187206)

# Fatura de R\$ 82 bi para as contas do presidente eleito

Atrás nas pesquisas de intenção de voto, o presidente Jair Bolso-naro está expandindo o pacote de medidas econômicas com viés eleitoral, que já pendura fatura de no mínimo R\$ 82 bilhões para o próximo presidente eleito.

E um dispêndio adicional que dificulta o funcionamento de órgãos públicos e programas do governo sem mudança na regra do teto de gastos, que limita o crescimento das despesas à taxa de **inflação** do ano anterior.

O custo do pacote, que inclui aumento de gastos e corte de **tributos**, deve subir ainda mais.

Bolsonaro deu a senha para o problema ao dizer, na sexta-feira, em entrevista a uma rádio de Mato Grosso, que deve rever a regra do teto de gastos após as eleições. Além de Bolsonaro, os outros dois pré-candidatos à Presidência mais bem colocados nas pesquisas, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Ciro Gomes (PDT), também defendem a alteração da lei.

O próximo governo terá de lidar com um custo adicional de R\$ 41 bilhões do Auxílio Brasil, o programa social com a marca do presidente, com o pagamento mínimo de R\$ 400 permanente. Entra na conta mais R\$ 1,9 bilhão para o auxílio do vale-gás, já aprovado. O valor pode ser maior, a depender do número de famílias atendidas e do preço do botijão. O presidente também deve conceder reajuste de 5% para os salários dos servidores com custo de R\$ 12 bilhões no ano que vem.

Receitas Do lado da arrecadação, o governo federal já abdicou de R\$ 27,4 bilhões em receitas no ano que vem com a redução de 35% da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), sem levar em conta outros benefícios fiscais menores que o atual presidente está promovendo, como, por exemplo, a isenção até 2025 para a compra de táxi.

Um experiente integrante da área econômica do Ministério da Economia, especialista em orçamento, que falou na condição de anonimato ao jornal O Estado de S. Paulo, avalia que o próprio presidente, ao concordar em aumentar em R\$ 41 bilhões as despesas anuais com o Auxílio Brasil, está inviabilizando o teto de gastos do próximo mandato. Dessa forma, destacou, Bolsonaro, se não for reeleito,

não poderia culpar o próximo presidente pela retirada do teto.

A avaliação do Ministério da Economia até o momento é de que a transformação do Auxílio Brasil de R\$ 400 em benefício permanente não exigirá compensação para atendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Procurado, o ministério disse que, com base em conversas ainda informais e preliminares a respeito do assunto, o entendimento é de que não seja necessário.

**Site:** <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

# A produtividade do congresso (Editorial)

É lastimável que o Congresso Nacional, um dos mais caros do mundo, tenha consolidado a tradição de apresentar baixa produtividade a cada período eleitoral. Como os brasileiros vão às urnas a cada dois anos, ao longo da metade dos mandatos dos deputados federais e dos senadores há recesso antecipado em Brasília, com os parlamentares se deslocando mais cedo a suas bases, para tentar a reeleição ou trabalhar como cabo eleitoral de correligionários.

Os anos eleitorais geram outro problema, até agora, incontornável. Boa parte dos congressistas tende a evitar temas controversos. Seja por serem potencialmente impopulares, o que poderia em tese elevar o risco de perda de votos, ou pela complexidade. Ocorre que muitos desses assuntos sensíveis, por uma ou outra razão, são basilares para a modernização do país. Tanto para um funcionamento mais racional do Estado brasileiro quanto para alavancar a competitividade da economia nacional. O resultado é um lamentável atraso, ainda maior na tramitação de pautas essenciais para o país.

O quadro disfuncional se repete em 2022. O recesso terá início dia 18 de julho. Ou seja, restam menos de três meses de janela para análises e votações, até os parlamentares se voltarem totalmente para os seus interesses eleitorais imediatos. Matérias estruturantes, como a **reforma tributária**, têm pouquíssima chance de prosperar, dando indesejada so-brevida ao cipoal de **impostos** que inferniza os brasileiros e eleva os custos das empresas instaladas no país. O mesmo vale para a reforma administrativa, vital para dar mais eficiência à máquina pública, refletindo em melhores serviços aos cidadãos. Assim, temas que deveriam ser prioridade do Congresso acabam tendo tempo diminuído para discussões e avanços, que ficam mais restritos aos anos sem eleições. Mas, sem vontade política, ambas as pautas andam a passos de tartaruga nos últimos anos. A disposição para bater de frente com grupos de interesse barulhentos é mínima.

A dedicação, entretanto, é outra quando é farejada a chance de dividendos eleitorais ou se existir a brecha de legislar em proveito próprio. Medidas provisórias e projetos dedicados a beneficiar segmentos específicos e dar subsídios, por exemplo, caminham de maneira célere, e são desconsiderados todos os alertas quanto ao risco de se estar armando uma bomba fiscal para 2023. Enfraquecida, a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, se mostra sem forças para frear o ímpeto de abrir o saco de bondades.

Pesquisa divulgada em março, das universidades norte-americanas de Iowa e do Sul da Califórnia, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), mostrou que, em valores absolutos, o Congresso brasileiro é o segundo mais dispendioso do mundo para os contribuintes, entre 33 nações analisadas. O custo médio anual de cada parlamentar é de US\$ 5 milhões, abaixo apenas dos EUA. Mas, em relação à renda média da população, o país assume o topo desse trágico pódio. O gasto com cada deputado ou senador é equivalente a 528 vezes o que o brasileiro ganha.

As eleições para o Executivo costumam gerar muito maior engajamento em relação ao Legislativo. Mas passou da hora de os cidadãos prestarem mais atenção no histórico dos candidatos a deputado ou senador para, em outubro, escolherem de forma consciente nomes que demonstrem maior disposição em trabalhar para o interesse coletivo e menos para assegurar a própria sobrevivência eleitoral.

Site: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

# Inflação pressiona BC e juro pode subir mais

**MARIA eDUARDA aNGELI\***

O Comitê de Política Monetária (Copom) deve anunciar, nesta quarta-feira, mais uma elevação na taxa básica de juros (Selic), após nove aumentos consecutivos. Conforme foi antecipado pelo Banco Central, o ajuste deve ser de um ponto percentual, levando a taxa dos atuais 11,75% para 12,75% ao ano. Até há pouco tempo, a expectativa era de que essa nova subida encerraria o ciclo de alta, iniciado em março do ano passado. A persistência e a intensidade da **inflação**, contudo, podem levar o BC a continuar reforçando o aperto monetário, segundo analistas, o que teria impacto negativo no nível de atividade econômica, que já está baixo. Em abril, o IPCA-15 (Índice de Preços ao Consumidor Amplo 15), considerado uma prévia da **inflação** oficial, subiu 1,73%, a maior variação para o mês em 27 anos. Em 12 meses, o indicador acumulou alta de 12,03%, mostrando que a carestia está longe do controle.

Relatório enviado a clientes ontem pelo banco Barclays reitera a expectativa de alta de um ponto percentual da Selic, e afirma que o Copom deve deixar a porta aberta para um novo ajuste em junho, "se necessário". A **inflação** pressionada e a piora das expectativas do mercado devem levar o BC a adotar uma comunicação mais aberta para o próximo encontro, na avaliação do economista para Brasil do banco, Roberto Secemski.

Roberto Luís Troster, ex-economista-chefe da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e consultor da Troster Associados, observou que o ciclo recente de aperto monetário é o maior feito pelo BC desde que o regime de metas de **inflação** foi implantado, em 1999, mas afirma que ele pode não ser suficiente para colocar a **inflação** dentro da meta, que é de 3,25% para 2023, com teto de 4,75%. Isso porque os reajustes não têm efeito imediato e, segundo ele, o BC demorou a reagir à alta dos preços.

"Demorou para subir e tem um gradualismo ruim. Imagina que você está descendo uma avenida, uma descida forte, de bicicleta, e tem que frear. Se você freia devagarinho, você vai frear por mais tempo e vai esquentar mais os pneus", comparou.

## Remédio amargo

A alta de juros é um remédio amargo, administrado às custas da qualidade de vida de parte da população no curto prazo. "É perverso. Você cresce menos, diminui

a demanda. Para aliviar um pouco a pobreza, você tem auxílios, uma série de medidas de crédito. Então você vai ter o Banco Central pisando no freio e o Ministério da Economia, no acelerador", alertou Troster.

A estratégia de segurar a **inflação** via juros provoca controvérsias. O economista Felipe Queiroz, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), afirma que, como os principais fatores de aumento dos preços vêm do lado da oferta, com a alta das commodities e de outras matérias primas, além da energia, o remédio dos juros seria ineficaz.

"Parte dos insumos industriais é importada e, com a taxa de câmbio no patamar em que está, aumenta o custo interno da produção. A oferta também diminuiu ou encareceu muito, como é o caso da energia", apontou Queiroz.

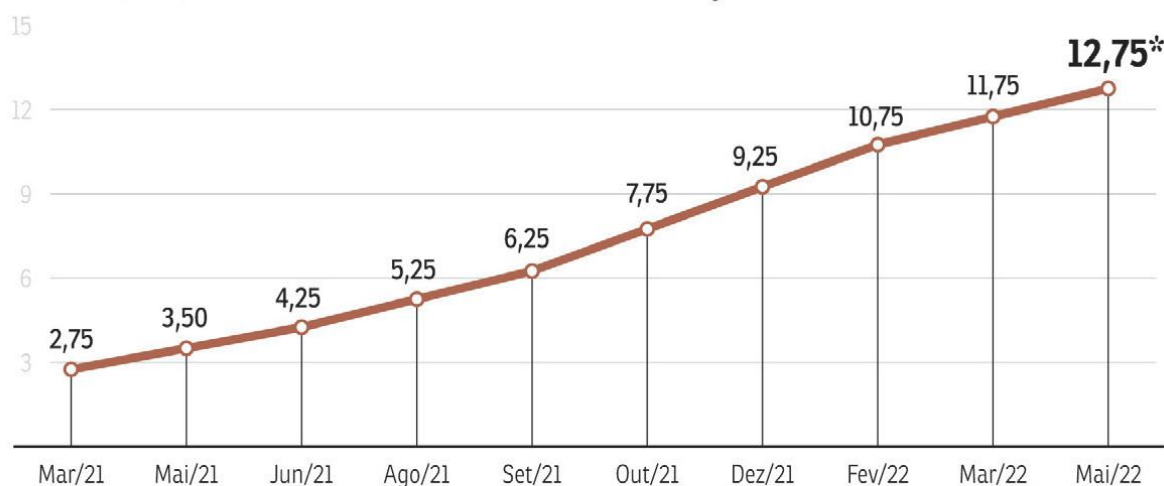
"Para o setor bancário e os rentistas, que vivem de taxa de juros, estamos atualmente num paraíso. Porém, para a economia real, é um completo desastre: taxa de desemprego elevada, renda das famílias caindo e o Brasil voltando ao mapa da fome. A tendência é de que o crescimento continue pífio, porque a política ortodoxa que está sendo adotada mina com qualquer possibilidade de crescimento sustentável da economia", avaliou.

\* Estagiária sob a supervisão de Odail Figueiredo



## Vem mais aumento por aí?

Desde março de 2021, quando estava em 2% ao ano, a taxa básica da economia (Selic) sofreu nove altas consecutivas. Relembre os reajustes:



\*sinalização do BC na última ata do Copom para a próxima reunião do colegiado, nos próximos dias 3 e 4

**7,65%**

mediana da previsão do mercado para o IPCA de 2022 no Boletim Focus

**3,5%**

meta de inflação deste ano determinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), com limite superior de 5%

**13,25%**

mediana das estimativas do mercado para a taxa Selic no fim deste ano

Fonte: Banco Central



# Dólar salta 2,63% e vai a R\$ 5,07; Ibovespa recua

**Fernanda Strickland**

A perspectiva de alta dos juros nos Estados Unidos e a desaceleração da economia da China, que enfrenta novos surtos de covid-19 e decretou lockdown em várias cidades, aumentaram a incerteza dos mercados ontem. No Brasil, o dólar disparou 2,63%, terminando o dia cotado a R\$ 5,07, após ter superado R\$ 5,08 na máxima da sessão.

Já a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) continuou em trajetória de baixa, com o Ibovespa, principal indicador dos negócios, registrando queda de 1,15%, para 106.639 pontos, atingindo o menor patamar desde 18 de janeiro.

A expectativa de que o Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) deve anunciar, amanhã, uma alta de 0,50 ponto percentual na taxa básica de juros para enfrentar uma **inflação** que alcançou 7% em 12 meses, foi o principal motivo da alta do dólar.

Ontem (2/5), o rendimento dos títulos de 10 anos do Tesouro norte-americano atingiu 3% ao ano, o maior nível intradiário desde dezembro de 2018. Com juros maiores nos EUA, os investidores direcionam recursos para aquele país, e o resultado é a valorização da divisa.

Diante da alta da moeda dos EUA, o Banco Central informou que, hoje, realizará um leilão de swap cambial ? operação equivalente a uma venda de dólares. A expectativa de analistas é de que seja injetado cerca de US\$ 1 bilhão no mercado. A preocupação do BC é a de evitar a volatilidade da moeda. A subida do dólar também tem efeito inflacionário sobre grande parte dos preços da economia.

No Brasil, a expectativa também é de alta dos juros. O Comitê de Política Monetária (Copom) deve, nesta quarta-feira, aumentar a taxa básica, a Selic, em 1 ponto percentual, levando os juros para 12,75% ao ano.

Dados fracos da economia chinesa, em meio ao combate à covid também pesaram sobre as bolsas em todo o mundo. Segundo Eliz Sapucaia, economista da Research e Estratégia Terra, no Brasil os juros subiram com o processo de reprecificação dos ativos

globais a um ambiente de liquidez menos abundante.

"Isso aconteceu diante das medidas de aperto sinalizadas por bancos centrais de mercados desenvolvidos, que continuam a ter efeito sobre a curva de juros no Brasil", explicou. Com isso, os juros futuros encerraram a sessão de ontem em forte alta, seguindo a pressão global. Um exemplo foi a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2024, que subiu de 12,582% para 12,680% ao ano. Nos contratos com vencimento em janeiro de 2025, o índice avançou de 12,031% a 12,165%.

Apreensão

De acordo com o economista autônomo Hugo Passos, os investidores estão apreensivos com a queda da economia mundial. "Pelo lado dos EUA, os investidores aguardam a decisão de juros do Fed para ter sinais melhores sobre a política monetária", explicou. Segundo o economista, com a piora na **inflação** e expectativa de aumento de juros, é possível que os EUA entrem numa recessão. "O que faz com que investidores tirem seus investimentos de renda variável e coloquem em renda fixa." Passos ressaltou ainda que, na China, os novos confinamentos e lockdowns prejudicam a economia, visto que afetam a cadeia produtiva global, podendo gerar mais **inflação**. "Já na Europa os indicadores de demanda da indústria vieram abaixo do esperado e as vendas do varejo, na Alemanha, caíram em março, o que pesa sobre as bolsas europeias. Vale lembrar que as tensões entre Rússia e Ucrânia continuam."

# Para recuperar o PIB e o emprego (Artigo)

**Raul Velloso Economista**

Eis o grande drama da economia brasileira nos últimos 17 anos: a total perda do fôlego do crescimento. Em outras palavras, depois de o nosso Produto Interno Bruto (**PIB**) ter crescido entre 7% e 9% ao ano na década de 1970, perdemos o dinamismo a partir dali, e, mais recentemente, acabamos crescendo, em média e em um "solução", a 3,9% anuais, no período de janeiro de 2004 a dezembro de 2013, mas, depois disso, a economia ficou praticamente estagnada, passando a evoluir da fase seguinte até agora à taxa média de -0,6% ao ano. Nesta última, tivemos uma primeira subfase em que o **PIB** desabou pesadamente de 2014 a 2016, a partir dali se recuperou até o final de 2019 (quando a pandemia começou a se alastrar pelo mundo) e veio a embicada para baixo da atividade econômica no auge da crise do novo coronavírus, quando se deu a maior queda dos últimos tempos, de 15,2%, para a medição nos últimos 12 meses. Essa situação se reverteu completamente um ano depois, com a taxa anual em +17,3%, por conta da base de comparação superdeprimida, depois a taxa desabou novamente para zero, e ali está até agora, conforme a última estatística mensal relativa ao **PIB** produzida pelo Banco Central. O que herdamos para o futuro próximo, no âmbito das contas públicas, é o famigerado teto dos gastos públicos, cujo único efeito visível tem sido mais corte nos investimentos públicos, e, portanto, no crescimento econômico.

Ou seja, cabe fazer o que é preciso para mudar esse quadro desfavorável.

Em seguida, é muito difícil não associar a trajetória de queda do **PIB** à desabada da taxa de investimento em infraestrutura desde os anos 1970, diante da forte correlação que existe entre a evolução dessas duas variáveis. Mais do que isso, deve-se enfatizar que a queda do investimento em infraestrutura se concentrou, basicamente, no âmbito público. Desde o início de 1980, os investimentos privados em infraestrutura oscilavam em torno de 1,1% do **PIB**, enquanto os públicos desabavam cerca de sete vezes, do final da década de 1970 até a pouco, também medidos em percentual do **PIB**. Sobre o desempenho dos investimentos privados, vale a pena ler o comentário recente do jornal Valor Econômico sobre o tema: "Falta de interesse em leilões rodoviários coloca em xeque programa de concessões" (27/4/21).

Diante do viés anti-investimento-privado em infraestrutura que acredito existir no país, é preciso

que os governos concentrem esforços, antes de mais nada, no estudo da evolução recente das contas públicas, para entender as causas da desabada dos investimentos e sugerir as soluções adequadas para resolver o problema, algo a que tenho me dedicado fortemente nos últimos tempos.

Discussão desse tema à parte, penso que os próximos governos (notadamente o federal) precisam definir o quanto antes uma meta plurianual de crescimento do **PIB** a ser buscada a partir do próximo mandato, calcular quanto de investimento público em infraestrutura deve ser necessário para viabilizá-la e definir um programa de ação para colocar isso em prática, incluindo especialmente um programa de ajuste dos chamados gastos obrigatórios, despesas essas que hoje a União estima ao redor de 95% do total. Ao mesmo tempo, um esforço especial para remover os obstáculos ao crescimento dos gastos privados deve ser iniciado.

Os governos devem ainda considerar a possibilidade de viabilizar as metas de crescimento do **PIB** com investimentos também financiados por endividamento público, algo a que se deve dedicar atenção especial, em face da forte resistência que existe em vários segmentos a esse tipo de solução.

(Apenas a título de ilustração, se colocássemos como meta a taxa de investimento público total em infraestrutura de 5,1% do **PIB** observada no final dos anos de 1980, teríamos de investir hoje algo ao redor de R\$ 377 bilhões, em contraste com a verba ínfima de R\$ 3,8 bilhões com que o Ministério da Infraestrutura trabalhou em 2021).



# Raul Velloso - RAUL VELLOSO

## RAUL VELLOSO

Para recuperar o **PIB** e o emprego depois de a economia ficar estagnada

Eis o grande drama da economia brasileira nos últimos 17 anos: a total perda do fôlego do crescimento. Em outras palavras, depois de o nosso **PIB** ter crescido entre 7% e 9% a.a. nos anos setenta, perdemos o dinamismo a partir dali, e, mais recentemente, acabamos crescendo, em média e em um "solução", a 3,9% a.a., no período de janeiro de 2004 a dezembro de 2013, mas depois disso a economia ficou praticamente estagnada, passando a evoluir da fase seguinte até agora à taxa média de -0,6% a.a. Nesta última, tivemos uma primeira subfase em que o **PIB** desabou pesadamente de 2014 a 2016, a partir dali se recuperou até o final de 2019 (quando a pandemia começou a se alastrar pelo mundo), e veio a embicada para baixo da atividade econômica no auge da crise do coronavírus, quando se deu a maior queda dos últimos tempos, de 15,2%, para a medição nos últimos 12 meses.

Essa situação se reverteu completamente um ano depois, com a taxa anual em +17,3%, por conta da base de comparação superdeprimida, depois a taxa desabou novamente para zero, e ali está até agora, conforme a última estatística mensal relativa ao **PIB** produzida pelo Banco Central. O que herdamos para o futuro próximo, no âmbito das contas públicas, é o famigerado teto dos gastos públicos, cujo único efeito visível tem sido mais corte nos investimentos públicos, e, portanto, no crescimento econômico. Ou seja, cabe fazer o que é preciso para mudar esse quadro desfavorável.

Em seguida, é muito difícil não associar a trajetória de queda do **PIB** à desabada da taxa de investimento em infraestrutura desde os anos setenta, diante da forte correlação que existe entre a evolução dessas duas variáveis. Mais do que isso, deve-se enfatizar que a queda do investimento em infraestrutura se concentrou, basicamente, no âmbito público. Desde o início dos anos oitenta, os investimentos privados em infraestrutura têm oscilado em torno da média de 1,1% do **PIB**, enquanto os públicos desabavam cerca de 7 vezes, do final da década de setenta até a pouco, também medidos em % do **PIB**. Sobre o desempenho dos investimentos privados, vale a pena ler o comentário recente do jornal Valor Econômico sobre o tema: "Falta de interesse em leilões rodoviários coloca em xeque programa de concessões" (Valor, 27/4/22).

Diante do viés anti-investimento-privado em infraestrutura que acredito existir no país, é preciso que os governos concentrem esforços, antes de mais nada, no estudo da evolução recente das contas públicas, para entender as causas da desabada dos investimentos e sugerir soluções adequadas para resolver o problema, algo a que tenho me dedicado fortemente nos últimos tempos. Discussão desse tema à parte, penso que os próximos governos (notadamente o federal) precisam definir o quanto antes uma meta plurianual de crescimento do **PIB** a ser buscada a partir do próximo mandato, calcular quanto de investimento público em infraestrutura deve ser necessário para viabilizá-la, e definir um programa de ação para colocar isso em prática, incluindo especialmente um programa de ajuste dos chamados gastos obrigatórios, despesas essas que hoje a União estima ao redor de 95% do total.

Ao mesmo tempo, um esforço especial para remover os obstáculos ao crescimento dos gastos privados deve ser iniciado. Os governos devem ainda considerar a possibilidade de viabilizar as metas de crescimento do **PIB** com investimentos também financiados por endividamento público, algo a que se deve dedicar atenção especial, em face da forte resistência que existe em vários segmentos a esse tipo de solução. (Apenas a título de ilustração, se colocássemos como meta a taxa de investimento público total em infraestrutura de 5,1% do **PIB** observada no final dos oitenta, teríamos de investir hoje algo ao redor de R\$ 377 bilhões, em contraste com a verba ínfima de R\$ 3,8 bilhões com que o Ministério da Infraestrutura trabalhou em 2021.) O programa de ajuste de gastos obrigatórios deveria se concentrar, primeiro, no item previdência própria, e depois em pessoal ativo, que somente na União deverá custar algo ao redor de R\$ 130 bilhões. Paralelamente, se deverá extinguir o famigerado teto de gastos, ao tempo em que se estuda a possibilidade de criar um teto para o endividamento público destinado a financiar o programa de infraestrutura, a ser revisto de tempos em tempos. Deve-se ressaltar que os gastos com a previdência própria cresceram, entre 2006 e 2018, à média de 12,5% a.a. no conjunto dos municípios, enquanto nos estados esse crescimento médio real era de 5,9% a.a. Enquanto isso o **PIB** crescia apenas à média de 1,4% a.a. entre 2006 e 2020, quadro esse obviamente insustentável.

Com tudo que foi sugerido aqui, haverá crescimento expressivo do **PIB** e de receitas para os entes públicos

bancarem o próprio plano aqui desenhado. No caso, se faz uma inversão do que se faz hoje, em que o governo primeiro define um limite para os gastos e depois aponta as prioridades. Investimento em infraestrutura e crescimento do **PIB** viriam do exterior, segundo a visão do Ministério da Economia, onde fontes expressivas de recursos se mobilizariam em nossa direção e obteriam todo o resultado que se espera. Será?

# O voto dos jovens pela democracia (Editorial)

Termina amanhã o prazo para que jovens tirem o título de eleitor para votar nas próximas eleições. Fundamental que esse grupo de cidadãos exerça o sagrado direito de escolher aqueles que vão nos governar e fazer as leis nos próximos quatro anos. De 2018 para cá, o número de votantes entre 16 e 17 anos caiu 22%: eram 7,4 milhões, agora são 6,1 milhões. A democracia brasileira, tão atacada, necessita da participação desse público, do qual sairão futuros líderes políticos. O Brasil precisa renovar seus quadros. E nada melhor para isso do que o engajamento, desde cedo, na defesa da liberdade de escolha e contra movimentos autoritários.

O país, infelizmente, está refém de velhos caciques políticos. Recentemente, criaram um mecanismo para desviar verbas federais, o orçamento secreto, sem prestar contas à sociedade. Somente neste ano, as tais emendas de relator vão movimentar mais de R\$ 16 bilhões. Esses recursos são distribuídos de acordo com os interesses do grupo de comando do Congresso. Não prestam contas do que fazem nem para o Supremo Tribunal Federal (STF).

Na política, há lugar para todos. Mas o Brasil se ressentido, há anos, de jovens políticos realmente dispostos a quebrar a estrutura arcaica que dá as cartas, sempre levando em conta os interesses próprios, e não os da maioria da população. Nas eleições de 2018, surgiu o movimento da nova política. Porém, os velhos vícios continuaram. Tirando duas ou três exceções, os novos políticos eleitos foram engolidos pelos caciques.

Os jovens não podem usar a decepção com a política para se manter fora do debate, como se não tivessem nada a ver com os destinos do Brasil ou como se pouco pudessem fazer. Podem muito, inclusive para barrar o extremismo que tanto mal está fazendo à sociedade mundo afora. Recentemente, os jovens foram fundamentais para livrar a França da direita radical, que implodiria o modelo de bem-estar social que ainda impera naquele país. Devem fazer o mesmo no Brasil e em todos os países, onde autocratas estão se colocando como salvadores da pátria, mas, na verdade, querem tirar liberdades, impor valores ultrapassados, armar a população, destruir a democracia.

O Brasil, sabe-se, tem enormes problemas: pobreza,

desemprego, **inflação** alta, educação de péssima qualidade, saúde precária, violência. Mas esse quadro dramático só será revertido se a juventude abraçar a política e se conscientizar de sua força para mudanças. O voto consciente é o melhor caminho para o fortalecimento do regime democrático e, sobretudo, para que as demandas dos cidadãos sejam atendidas a contento. Não exercer o direito ao voto é permitir que o velho filme se repita por anos e anos, favorecendo a corrupção, o autoritarismo e o desrespeito às instituições.

Mais de 1 milhão de jovens que votarão pela primeira vez neste ano já atenderam ao chamado da Justiça Eleitoral. Trata-se de um engajamento relevante. Mas é preciso mais.

## FRASE

Eu gostaria de dizer para quem se interessa pela verdade que nunca fui a Cuba, eu não sou dado a orgias Luís Roberto Barroso, ministro do STF, ao dizer de forma irônica que a notícia de que ele seria chantageado pelo ex-ministro José Dirceu (PT) porque os dois teriam participado de uma orgia em Cuba é completamente "folclórica" e "beira ao ridículo"

Mais de 1 milhão de jovens que votarão pela primeira vez neste ano já atenderam ao chamado da Justiça Eleitoral

# Biden acena com perdão de dívidas estudantis nos EUA

**Mayara Paixão guarulhos**

Na corrida contra o tempo para tentar atenuar os efeitos de sua popularidade em baixa nas eleições legislativas de meio de mandato, Joe Biden tem feito novos acenos em direção a uma promessa de campanha que é de -manda histórica de parte da sociedade americana: o perdão das dívidas estudantis.

Mesmo que ainda não tenha oficializado a medida, o presidente viu a pressão sobre o tema crescer na forma de cartas enviadas para a Casa Branca -que chegam de forma coordenada, como parte de uma campanha das redes sociais.

A hashtag Spensforbiden (canetas para Biden) tem incentivado a população a enviar correspondências para a residência oficial da Presidência demandando que ele faça valer a promessa. "Prezado presidente Biden [...], confiamos em você como um homem de palavra e todos sabemos que você tem o poder executivo para assinar um ato de perdão das dívidas [estudantis]; a minha me impede de participar ativamente da economia", escreveu um dos remetentes. "Talvez você não encontre uma boa caneta para assinar a medida, então estou enviando uma."

As dívidas hoje são avaliadas em cerca de US\$ 1,4 trilhão (R\$ 6,8 tri), mas os eleitores apostam também no timing eleitoral para organizara campanha: com a proximidade das chamadas midterms -marcadas para 8 de novembro-, nas quais a maioria democrata no Congresso está em jogo, eles sabem que Biden precisa virar o jogo de sua popularidade.

Ha um debate sobre o poder que o presidente teria para decretar unilateralmente o perdão, mas em qualquer cenário o tempo é curto. Se ele viesse direto do Executivo, Biden deveria fazê-lo logo, para tentar reforçar a base de apoio enfraquecida; se encaminhasse a proposta ao Legislativo, teria de aproveitar os meses em que ainda sabe que terá maioria parlamentar, mesmo que estreita.

Em abril, ele voltou a estender a moratória do pagamento de dívidas por empréstimos estudantis, então marcada para 1º de maio, até 31 de agosto. A medida, uma forma de mitigar os efeitos da pandemia na economia, representou uma pausa histórica de 30

meses no pagamento.

O aceno mais recente veio na última semana. Depois de uma reunião do presidente com membros do Congressional Hispanic Caucus, a bancada de parlamentares latinos, a imprensa americana noticiou que Biden se demonstrou favorável a estender a moratória e a tomar medidas mais arrojadas para aliviar as dívidas.

"Esse tipo de medida indica um deslocamento do Partido Democrata mais à esquerda", diz Carlos Poggio, especialista em política americana e professor da Faap. "São questões que eram tabus, estavam mais nas franjas do partido e agora chegam ao centro. E Biden é um tipo de político que vai para onde é o centro de gravidade do partido."

O cancelamento das dívidas estudantis foi alçado como bandeira de campanha nas eleições de 2020 não por Biden, mas por outros nomes que disputaram as primárias democratas -notadamente Elizabeth Warren e Bernie Sanders, ambos senadores. O ex-vice-presidente se viu obrigado, assim, a abraçar a proposta para forjar alianças.

Pesa, ainda, o apoio dos mais jovens, aqueles que seriam os mais beneficiados do perdão das dívidas e que, por outro lado, têm se distanciado de Bidea "São políticas largamente defendidas pela ala mais jovem, liberal e urbana do Partido Democrata", diz Poggio.

Pesquisa Gallup de abril mostra que a faixa etária de 18 a 29 anos foi a que mais deixou de apoiar o presidente desde o início do mandato: a aprovação, que era de 61% no primeiro semestre da gestão, foi para 38% no semestre encerrado em março. A queda percentual é a maior em relação aos outros grupos, e o índice de aprovação também.

Cinco senadores republicanos apresentaram na quarta (27) um projeto de lei, descrevendo as políticas de Biden na área como imprudentes, para proibir o presidente de estender o prazo da moratória e de perdoar as dívidas. Eles argumentam que "contribuintes e famílias trabalhadoras não devem ser responsáveis por continuar a arcar com os custos associados a isso".

Cálculos do Federal Reserve Bank de Nova York dão

noção de quanto o alívio da dívida custaria ao país. Caso fosse estabelecido o teto de US\$ 10 mil por pessoa, o valor total seria de US\$ 321 bilhões. Já se o teto fosse de US\$ 50 mil, a cifra iria para US\$ 904 bilhões -4,7% do **PIB** americano. Cerca de 37,9 milhões de americanos têm empréstimos estudantis federais a pagar.

"É uma dívida amortizável com a qual o Estado teria condições de arcar", diz o cientista político Hussein Kalout, pesquisador de Harvard. "E um olhar a médio prazo permite ver que não é um ônus, mas sim um bônus para o país a possibilidade de que, num mundo cada vez mais competitivo, um jovem não inicie a carreira endividado."

Kalout, também conselheiro consultivo internacional do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), destaca ainda que aliviar ou perdoar as dívidas poderia fortalecer redutos democratas em alguns estados. "Isso favoreceria a classe média em espaços tradicionalmente conservadores, já que, nos últimos anos, houve uma migração de bases sindicais e operárias para a plataforma republicana."

E há o componente racial. Universitários negros devem em média US\$ 25 mil a mais em empréstimos estudantis do que os brancos, de acordo com dados compilados pela Education Data Initiative.

Em recente artigo, Andre M. Perry, doutorado em política educacional e associado do Instituto Brookings, afirmou que dívidas universitárias contribuem para a fragilidade da classe média negra em ascensão. "A dívida reforça a diferença racial de riqueza", escreveu.

**Site:**

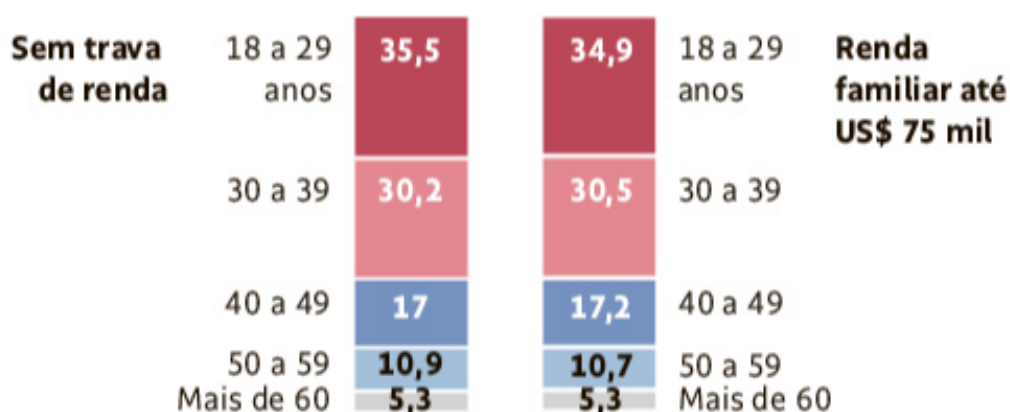
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49900>

## Perfil que se beneficiaria do perdão das dívidas estudiantis nos EUA

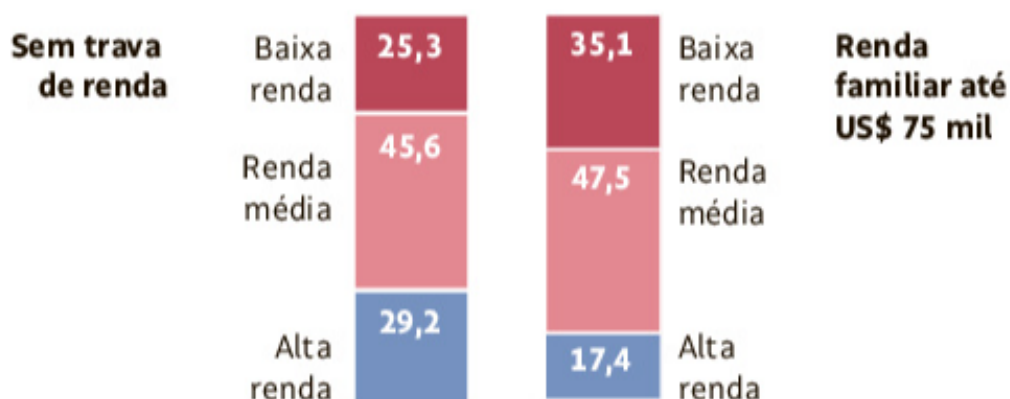
Caso teto fosse US\$ 10 mil, medida custaria de US\$ 182 bi a US\$ 321 bi

Em %

Principais beneficiados seriam os menores de 40 anos...



...os que vivem em bairros de renda média...



...e os moradores de bairros de maioria branca



Fonte: Federal Reserve Bank de Nova York



# Economia defende usar verba de privatização para bancar obra fora do teto

**Fábio Pupo e Idiana Tomazelli** *brasilíia*

O Ministério da Economia defende retirar do alcance do teto de gastos as obras públicas bancadas com recursos obtidos com a privatização de empresas estatais ou a venda de ações em poder da União.

O plano é permitir que, em eventual segundo mandato, o presidente Jair Bolsonaro (PL) amplie os investimentos, cada vez mais comprimidos devido ao crescimento das despesas obrigatórias no espaço dado pelo teto.

Estimativas preliminares do governo indicam que a previsão para investimentos no Orçamento de 2023 pode ficar na casa dos R\$ 30 bilhões. O número ainda pode sofrer alteração até o envio da proposta, no fim de agosto, mas é considerado muito baixo.

A contínua redução dos investimentos tem incomodado o presidente, que busca a reeleição. Na sexta (29), ele acenou com uma mudança no teto para turbinar as obras no futuro. A alteração seria tratada após as eleições.

"No ano passado, nós tivemos um excesso de arrecadação, na casa dos R\$ 300 bilhões. Você não pode asar um centavo disso na infraestrutura dado a emenda constitucional do teto lá atrás. Isso daí muita gente discute que tem que ser alterado alguma coisa, a gente vai deixar para o futuro, depois das eleições, discutir essa questão", disse na Bolsonaro na semana passada, em entrevista à Rádio MetrÓpole FM, de Cuiabá (MT).

De acordo com integrantes da Economia ouvidos pela Folha após a fala do presidente, a ideia é vender estatais ou ações de empresas que estão na carteira de bancos como o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e direcionar os recursos para investimentos e para a redução de desigualdades econômicas do país.

Uma das vertentes é chamada de "reconstrução nacional", que permitiria investir em obras públicas, como hidrelétricas, a partir dessas vendas.

De acordo com envolvidos nas discussões, apenas gastos não recorrentes seria m alvo da flexibilização e ficariam fora do teto. Isso porque, pela LRF (Lei de

Responsabilidade Fiscal), recursos de privatizações não podem ser asados para pagar uma despesa corrente (como parcelas do novo Bolsa Família), exceto se o direcionamento for para custear benefícios previdenciários.

Seria necessária uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para retirar despesas da regra do teto. O limite foi criado em 2016 e impede o crescimento dos gastos federais para além da inflação.

A interpretação no governo é que o teto foi desenhado para impedir a máquina pública de crescer -ou seja, para limitar gastos correntes como salários de servidores e alugueis-, mas que os esforços para a redução de desigualdades econômicas (como programas de transferência de renda) e a transferência de riquezas não precisariam ficar limitados.

Apesar dessa visão, uma retirada completa do Auxílio Brasil do teto encontra resistências entre os integrantes da equipe econômica.

O fundo a receber os recursos das privatizações é estudado pelo menos desde o ano passado pelo Ministério da Economia. Em agosto, o governo chegou a inserir a previsão em um rascunho da PEC dos Precatórios, que previa um porcentual de recursos a serem destinados aos mais vulneráveis.

Pela proposta da época, 60% seriam destinados ao abatimento da dívida pública. O restante da divisão seria de 20% para pagamento de precatório e 20% para a área social.

Mas, na última hora, a equipe econômica recuou da ideia com a justificativa de que a discussão é complexa.

Mesmo assim, o uso das privatizações para gerar recursos para o Fundo Brasil continuou sendo defendido e tem ganhado atenção de Guedes, conforme o calendário eleitoral se aproxima.

A interlocutores, o ministro tem sinalizado que a vinculação dos investimentos pode ajudar inclusive a vencer resistências políticas às privatizações.

Em tratativas internas, a nova divisão cogitada é 50%



das receitas para reduzir a dívida, 25% para transferências de renda e 25% para o plano de reconstrução nacional.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49900>**

# 'Prévia do PIB' registra alta de 0,34% em fevereiro

**THAÍS BARCELLOS BRASÍLIA**

Depois do recuo registrado em janeiro, a economia brasileira voltou ao campo positivo em fevereiro, de acordo com o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), divulgado ontem.

O indicador subiu 0,34% ante o mês anterior, considerando a série livre de efeitos sazonais. Em janeiro, a queda havia sido de 0,73% (dado revisado pelo BC).

Conhecido como uma espécie de "prévia do BC" para o **PIB**, o IBC-Br serve como parâmetro para avaliar o ritmo da economia ao longo dos meses. A projeção atual da autarquia para a atividade doméstica em 2022 é de crescimento de 1%.

O resultado em fevereiro veio um pouco abaixo da mediana das estimativas do mercado financeiro, que era de variação positiva de 0,40%, segundo pesquisa do Estadão/Broadcast.

Com a trégua na greve dos servidores do BC nos últimos 15 dias, a autarquia começou a atualizar na semana passada as divulgações que estavam atrasadas, como a do próprio IBC-Br - que deveria ter acontecido em 14 de abril. Os servidores prometem retomar a greve a partir de hoje, e o BC ainda não se pronunciou sobre o efeito nas próximas divulgações.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Mercado prevê IPCA de 7,89% em 2022. Projeção sobe há 16 semanas

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Governos regionais dobram superávit e têm melhor resultado para fevereiro

*Larissa Garcia e Alex Ribeiro De Brasília e de São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187206](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187206)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187206](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187206)